

# A Política de Artes Visuais no Brasil: um estudo de caso do Amazonas

## The Policy of Visual Arts in Brazil: a case study of the Amazon

*Monique Menezes<sup>1</sup>*  
*Rômulo Nascimento<sup>2</sup>*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir as políticas públicas de Artes Visuais no Brasil, a partir do estudo de caso do maior estado brasileiro, o Amazonas. Se a área de Cultura tem se constituído em um segmento menos importante na discussão de políticas públicas no país, as Artes Visuais ocupam um espaço mais periférico ainda neste difícil contexto. Daí a importância dessa discussão no âmbito da ciência política. No que se refere ao Amazonas, seus limites e valores culturais ultrapassam as fronteiras nacionais, tendo em vista a floresta amazônica e a sua importância e valor para o mundo. O estudo possui cunho qualitativo e exploratório, em que os principais resultados da pesquisa empírica mostram que as Artes Visuais ainda são consideradas menos importantes para os governos. Essa afirmação se respalda no levantamento e análises feitas das políticas públicas, e na constatação do volume maior de recursos destinados para os segmentos culturais mais tradicionais, em detrimento das Artes Visuais.

**Palavras-chave:** Política pública, artes visuais, Amazonas e democracia

**Abstract:** The objective of this article is to discuss the public policies of Visual Arts in Brazil, from the case study of the largest Brazilian state, the Amazon. If the

---

<sup>1</sup> Cientista Política, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Mestre e Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ. Foi pesquisadora visitante na University California de San Diego - UCSD e bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/ DF. Atualmente, é professora adjunta do Programa de Pós-Graduação e do Bacharelado de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí - UFPI e bolsista Produtividade pela instituição. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Instituições e Políticas Públicas - NIPP/CNPq (<http://www.ufpi.br/nipp/>) e bolsista produtividade da UFPI.

<sup>2</sup> Designer, graduado pela Universidade Federal do Amazonas - Ufam, mestre em Letras e Artes pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, doutorando em Design pela Escola Superior de Desenho Industrial - Esdi/UERJ, bolsista Faperj e artista visual.

Culture area has constituted a less important segment in the discussion of public policies in the country, the Visual Arts occupy a more peripheral space still in this difficult context. Then the importance of this discussion in the field of political science. As far as the Amazon is concerned, its limits and cultural values go beyond national boundaries, considering the Amazon rainforest and its importance and value to the world. The study has a qualitative and exploratory character, in which the main results of the empirical research show that the Visual Arts are still considered less important for the governments. This assertion is supported by the survey and analysis of public policies and by the recognition of the greater volume of resources destined for the more traditional cultural segments, to the detriment of the Visual Arts.

**Keywords:** Public policy, visual arts, Amazonas and democracy

## **1. Introdução**

Este artigo possui o escopo de contribuir com a discussão de políticas públicas dentro da área da cultura, especificamente, a de Artes Visuais, a partir de um estudo de caso do Amazonas. Além da sua importância regional e nacional, as políticas e produção cultural do Estado se destacam também num âmbito global, tanto pela floresta amazônica que cobre vários Estados Nacionais e por possuir um grande capital simbólico. Temos assim um artigo exploratório que busca compreender e descrever a situação da política de Artes Visuais no contexto amazonense a partir de uma base teórica, de levantamentos e discussões. Também, extrapolando para um nível mais amplo, buscamos fazer uma da articulação e buscar relações da política local com a nacional.

A abordagem metodológica selecionada é de cunho qualitativo, a partir da técnica de análise documental. Coletamos documentos junto ao Governo do Estado do Amazonas e da Prefeitura de Manaus, em seguida aplicamos a técnica de análise de discurso. De acordo com Gill (2002, p. 245), esta técnica se caracteriza por uma postura crítica do autor, em relação ao conhecimento apresentado e pelo reconhecimento de que a maneira como entendemos o mundo é moldada pela história e pela cultura, por isso é relativa. Neste sentido, o discurso não ocorre em um vácuo social ou institucional (Gill, 2002, p. 248).

O artigo está dividido em cinco seções, considerando esta introdução e a conclusão. Na próxima seção apresentamos uma discussão mais geral sobre

políticas públicas e culturais, incluindo alguns questionamentos que nos orientam. Quais são os padrões de intervenção do Estado na área cultural? De que forma o Estado pode contribuir para uma política democrática da cultura? Essas são discussões levantadas e que esperamos gerem os necessários debates.

Em seguida, discutimos a política de cultura no Brasil ao longo do século XX. Quais as contribuições do governo federal para a política de Cultura? Esse é o principal tema da segunda seção. Por fim, apresentamos nosso estudo de caso do Estado do Amazonas, voltado especificamente à situação das Artes Visuais, incluindo algumas observações críticas e questionamentos. Concluímos que apesar dos avanços nas políticas públicas da área, a política de Artes Visuais ainda está relegada a um segundo plano pelos *policy makers*, *vis-à-vis* as áreas mais tradicionais da cultura.

## **2. Política Pública e Cultural**

O estudo das políticas públicas consolidou-se na Ciência Política na década de 1950 nos Estados Unidos, embora as primeiras contribuições teóricas sejam dos anos de 1930. O marco inicial da subdisciplina foi a obra *Policy Sciences* de 1951 elaborada por David Lerner e Harold Lasswell. Embora tenha nascido na Ciência Política, atualmente a área é multidisciplinar envolvendo diversos campos teóricos, tais como: a psicologia, a administração, a economia, o direito, a sociologia, a administração pública e a história.

O escopo principal do estudo das políticas públicas consiste em mapear e solucionar problemas, especificamente, problemas considerados públicos. A ideia de que uma situação é um problema público é bastante subjetiva e depende da percepção dos atores que são relevantes para cada setor. Deste modo, a produção do conhecimento de políticas públicas pode ser aplicada a diferentes segmentos da sociedade. Isso por que o surgimento dos problemas, a busca por alternativas, os métodos de tomadas de decisões, as dificuldades de implementação e a avaliação dos impactos são muito semelhantes, independente da área de análise (Secchi, 2015).

De acordo com Lima, Ortellado e Souza (2013), um debate mais amplo e sistemático sobre política cultural na América Latina ocorre somente a partir dos

anos de 1970 nas conferências promovidas pela United National Educational Scientific and Cultural Organization – UNESCO. Foi a partir dessas conferências em que se estabeleceu um diferencial teórico entre as políticas de democratização da cultura e as políticas de democracia cultural. Enquanto a primeira abordagem destacava a importância de ampliar acesso aos equipamentos culturais, consagrados pelas elites sociais, à população em geral, a segunda estava mais preocupada em valorizar práticas culturais populares (LIMA, ORTELLADO, & SOUZA, 2013).

Estudiosos da área desenvolveram diversas críticas à primeira abordagem, ao mesmo tempo, que reforçaram a importância da democracia cultural, no sentido de desenvolvimento de uma cultura autônoma e de valorização das manifestações locais. Volkerling (1996) argumenta que a ideia de democratizar práticas culturais da elite possuía como pressuposto de que a “alta cultura” seria um bem público, no qual todos deveriam ter acesso. Este pensamento foi ultrapassado pela ideia da necessidade de empoderar manifestações culturais plurais, distribuindo recursos não apenas a um tipo de cultura, mas a diferentes modalidades culturais (VOLKERLING, 1996).

Figura 1 – Modelos de Difusão Cultural: políticas clássicas x difusão cultural



Fonte: Adaptado de (LIMA, ORTELLADO, & SOUZA, 2013)

A figura acima apresenta os dois padrões de difusão/ação do Estado na área cultural. Como podemos observar, a ação do Estado pode ocorrer tanto na ampliação do acesso a “cultura clássica” que se refere à música e à peças teatrais clássicas, visitas a museus, etc. Enquanto o segundo modelo de intervenção busca o apoio e o fomento à cultura popular, bem como o incentivo de novas formas de cultura. Embora uma ação não anule a outra, ou seja, o Estado possa atuar nas duas frentes, há uma forte crítica ao primeiro modelo, por se tratar de uma reprodução de um padrão específico do que seria considerado cultura. Neste sentido, há um intenso engajamento dos atores sociais dos diferentes segmentos culturais que lutam pela difusão do segundo modelo.

Além desses dois modelos de ação do Estado na área cultural, temos também as políticas de identidade e patrimônio e as políticas regulatórias. Como discutido por Lima, Ortellado e Souza (2013) as políticas de identidade e patrimônio são antigas e possuem como objetivo a construção de identidades nacionais, de modo que estão relacionadas a consolidação dos Estados modernos. Essas políticas preocupam-se, ainda, com a preservação do patrimônio cultural nacional. São políticas relacionadas à história de uma nação, envolvendo a construção de museus, arquivos nacionais, preservação de áreas históricas, etc. Em última instância, essas políticas culturais, em conjunto com outras diversas, visam a construção de um sentimento de unidade nacional, de pertencimento, de valores morais/éticos e, ao mesmo tempo, valorização histórica de um determinado povo. Já as políticas regulatórias são voltadas para intervenção do estado na economia, a partir da regulação das atividades econômicas da cultura. De acordo com Castells (2000), a informação e a comunicação são setores fundamentais da economia contemporânea e em função disto, a política cultural passa a ganhar relevância desde a segunda metade do século XX.

As políticas regulatórias situam-se em dois pilares, a saber: a política de proteção à indústria cultural nacional e a política de economia criativa (LIMA, ORTELLADO, & SOUZA, 2013). A partir dos anos de 1960 o governo inglês mudou seu olhar sobre o setor cultural, tratando-o como uma indústria geradora de emprego e renda. Nesta perspectiva, a criatividade e a propriedade intelectual são fontes de valor (*idem*). A política de abordagem da cultura como uma fonte de

desenvolvimento econômico e de renda foi amplamente difundida pelo mundo ocidental, a partir dessa percepção inicial dos ingleses.

No âmbito da literatura internacional observamos um movimento crítico acerca da concentração geográfica das atividades “criativas” (LANDRY & BIANCHINI, 1995), (FLORIDA, 2012). Para os autores, seria necessária uma intervenção do Estado, de modo a descentralizar as atividades culturais.

Com o advento das novas tecnologias, a indústria cultural mais tradicional e protegida pelos arcabouços regulatórios nacionais passou a enfrentar uma grave crise. Enquanto, as atividades criativas, conhecidas atualmente como “modelos de negócios abertos” apresentaram uma forte ascensão, não por uma vontade política dos governos nacionais, mas por uma conjuntura internacional, resultante dos avanços tecnológicos. A indústria tradicional e fechada viu seu rendimento cair de forma drástica.

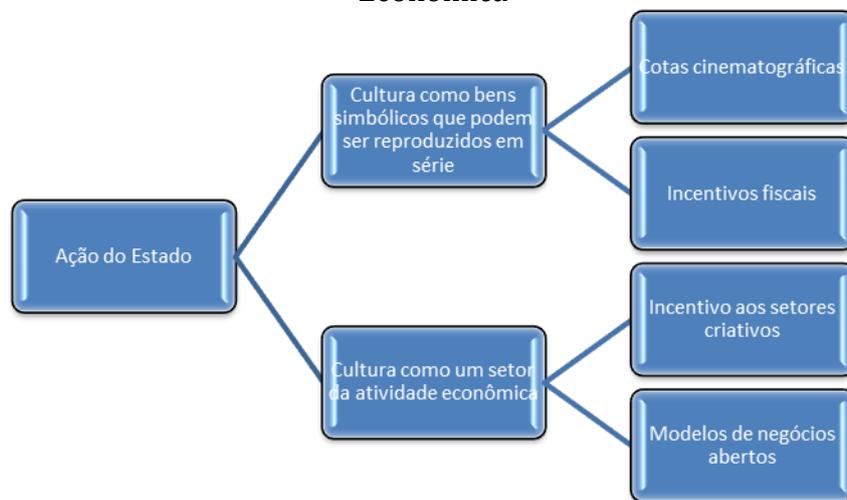
De acordo com Lemos, et al. (2008), nos anos 2000 assistimos uma fusão e concentração do mercado de música, tanto no Brasil, quanto no mundo. Os artistas locais e regionais perderam espaço para a concentração da produção no eixo Rio-São Paulo. Ao mesmo tempo, houve uma queda brutal da venda de CD's “A venda de CD's caiu de 94 milhões de unidades, em 2000, para 52,9 milhões em 2005” (Idem: 19). Essa queda representa a resposta do mercado para a concentração da produção.

Como argumentado por Lemos, et al. (2008), para toda crise há uma resposta da sociedade. Assim, com a concentração da produção cultural, o mercado respondeu com a abertura de espaços informais para os diferentes segmentos culturais. No caso da música, temos uma oferta crescente de álbuns baixados em formato digital. Na área de áudio visual, vídeos on-line reúnem acervos. Filmes passaram a ser lançados simultaneamente na internet e no cinema. As fontes desses lançamentos abertos, em geral, são os próprios artistas que procuram divulgar sua cultura/arte e auferir ganhos de forma distinta ao modelo *copyright*. Podemos dizer que esse modelo de negócio busca fontes de recursos distintas daquelas baseado no direito autoral. Em resumo:

(...) envolvem criação e disseminação de obras artísticas e intelectuais em regimes flexíveis ou livres de gestão de direitos autorais. Nesses regimes, a propriedade intelectual não é um fator relevante para sustentabilidade da obra. No open business a geração de receita independe dos direitos autorais. (LEMOS, et al., 2008: 21).

‘Essa mudança no mercado, influenciou a atuação do Estado na economia. E novos padrões regulatórios foram estabelecidos. As políticas públicas não ficaram alheias a essas mudanças. A figura a seguir resume os dois modelos de intervenção discutidos acima. Primeiro, o Estado realizando uma ação de difusão da cultura como um bem simbólico, promovendo uma unidade nacional. E o segundo, no qual o Estado busca regulamentar a cultura, entendendo este setor como estratégico para o desenvolvimento econômico, a geração de renda e de empregos.

Figura 2 – Modelos de Intervenção do Estado: Bens Simbólicos x Atividade Econômica



Fonte: Adaptado de (LIMA, ORTELLADO, & SOUZA, 2013)

Este pano de fundo mais geral é importante para compreendermos a política nacional de cultura e sua inserção no cenário regional e internacional. Deste modo, na próxima seção analisamos como essas políticas se desenvolveram no Brasil, para em seguida discutirmos o nosso estudo de caso, o estado do Amazonas.

### **3. A política cultural no Brasil**

A literatura de política pública na área cultural aponta ações do Poder Executivo Federal para o setor desde a década de 1930. Neste período, de profundas inovações institucionais no país temos também diversas mudanças na política cultural. Ações importantes são implementadas durante o período conhecido como a Era Vargas (1930-1945), entre as quais podemos destacar:

- ✚ Decreto 21.111/32 que regulamenta o setor de publicidade;
- ✚ Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN em 1937, voltado para a preservação do patrimônio material;
- ✚ Em 1942 foi criado o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico – Escola de Música do Brasil;
- ✚ Criação do Instituto do Cinema Educativo – INCE
- ✚ Criação do Instituto Nacional do Livro – INL
- ✚ Criação do Conselho Nacional de Cultura, em 1938 (CALABRE, 2007).

Após esse período, em 1946 a Constituição introduz a questão dos direitos autorais, embora reconhecendo que as artes e as letras são livres, havia a necessidade da intervenção do Estado na área de políticas públicas culturais “O amparo à cultura é dever do Estado” (SANTOS, 2009). Em 1953, durante o segundo período do governo Vargas, temos a criação do Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Apesar da importância institucional, a criação do Ministério não apresentou grandes investimentos estatais na área cultural. Contudo, a estrutura montada no período de 1930-45 foi mantida (CALABRE, 2007) e foi importante para os investimentos privados. Em 1947 tivemos a criação do Museu de Arte de São Paulo – MASP, em 1948 o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, no mesmo ano o Teatro Brasileiro de Comédia também em São Paulo e em 1949 a Cia Cinematográfica Vera Cruz. Em 1951, temos a criação da Bienal de São Paulo, período no qual há uma mudança no conceito de cultura no Brasil, na medida em que há uma redução do padrão norte americano como referência, por parte dos intelectuais (SANTOS, 2009).

Durante o Governo do Presidente Café Filho foi criado em 1955 o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Embora fosse uma um instituto voltado para a pesquisa e divulgação da área de ciências sociais em geral, o ISEB foi muito importante durante o governo Kubitschek para o fortalecimento de uma cultura nacional popular (SANTOS, 2009).

Apesar de contraditório, considerando o modelo político repressor, no período militar há uma busca por uma política cultural nacional. Em 1966 foi criado o Conselho Nacional de Cultura e já nos anos 70, em consonância com a conjuntura internacional foi apresentando o Plano de Ação Cultural - PAC, cuja finalidade foi abarcar o segmento patrimonial e artístico. Em 1975 foi criada a Fundação Nacional de Arte – FUNARTE, voltada inicialmente apenas para música (popular e erudita) e artes plásticas e visuais<sup>3</sup>.

Após o fim do regime militar, na Nova República o primeiro grande marco institucional é a criação do Ministério da Cultura em 1985. No ano seguinte, foi promulgada a Lei nº 7.505 cujo objetivo foi conceder incentivos fiscais por meio do imposto de renda para iniciativas na área cultural. Na prática, o governo reconheceu a carência de recursos públicos para o financiamento do setor e apresentou como alternativa o financiamento de políticas públicas culturais através da renúncia fiscal.

Com a eleição do ex-presidente Fernando Collor de Mello, há um retrocesso na política nacional. O então presidente extingue o Ministério da Cultura e outras instituições ligadas ao setor. No entanto, como destacado por Silva (2014), a autonomia conferida aos entes federados pela Constituição de 1988 permitiu que alguns estados e municípios embelessem incentivos semelhantes ao implementado durante o governo Sarney. Na cidade de São Paulo a Lei nº 10.923/91 estabeleceu incentivos fiscais de até 70% do IPTU e do ISS para o patrocínio de eventos culturais.

---

<sup>3</sup> Atualmente, a FUNARTE é responsável por uma área mais ampla da política cultural, englobando o fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo. Além de uma política mais disseminadora da cultura popular, incentivando setores criativos.

Antes de ser deposto do cargo por corrupção, Fernando Collor convidou Sérgio Paulo Ruanet para ocupar a vaga de Secretário da Cultura. E estabeleceu a maior marca do seu governo no setor, com a promulgação da Lei Ruanet que reformulou a legislação de incentivos fiscais à cultura por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, vigente até os dias atuais. Em 1992 com o impeachment do ex-presidente, Itamar Franco reestabelece o Ministério da Cultura.

Com a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, há uma continuidade das políticas do governo Itamar com o fortalecimento da cultura através dos incentivos fiscais. Santos (2009) destaca que os dois mandatos do presidente FHC foram marcados por uma maior profissionalização do Ministério da Cultura e por uma maior integração entre os segmentos culturais.

No que se refere aos incentivos fiscais, embora eles tenham possibilitado um aumento na dinâmica do setor cultural, permitiram também a difusão da ideia de que o Estado não deveria ser o principal propulsor da política cultural (SILVA, 2014). Neste caso, o maior problema refere-se a uma grande retração do Estado, omitindo-se como principal ator de ações na área. E, ao mesmo tempo, há uma potencial intervenção do mercado que passa a possuir um papel importante na definição do que será financiado como atividade cultural. O ideal é a atuação conjunta do Estado e do mercado, sendo aquele como principal propulsor de políticas de incentivo e difusão cultural.

Deve-se ressaltar, ainda, que durante os dois mandatos do presidente FHC (1995-2002) o intelectual Francisco Weffort esteve a frente do Ministério. E que em sua gestão, além dos incentivos fiscais, a área de audiovisual também foi bastante contemplada. De acordo com Menezes e Agum (2013), em 2001 com a criação da Agência Nacional de Cinema (Ancine) houve uma maior atenção por parte do Poder Executivo para esta área.

A missão geral do órgão regulatório foi a implementação da política nacional de fomento ao cinema. Entre suas principais atribuições destacamos:

- ✚ Gestão de mecanismos e programas de fomento;
- ✚ Promoção e participação de obras cinematográficas em eventos internacionais;

- ✚ Execução de projetos de coprodução, produção, distribuição, exibição e infraestrutura técnica que utilizem recursos públicos ou incentivos fiscais;
- ✚ Articulação com outros órgãos que possibilitem ou facilitem a produção, programação e distribuição de obras;
- ✚ Fiscalização da atividade cinematográfica;
- ✚ Combate à pirataria (o que vai de encontro com a ideia de mercado aberto);
- ✚ Certificação de obras cinematográficas brasileiras. (MENEZES & AGUM, 2013)

Quanto ao desenho institucional da Ancine, sua diretoria é formada por apenas três (3) diretores com mandatos não coincidentes de quatro (4) anos. A indicação dos diretores é realizada pelo presidente da República e sua efetivação depende da aprovação em plenário do Senado Federal. Após o período de quatro (4) meses, o diretor é exonerado somente por renúncia, processo administrativo disciplinar ou condenação judicial. O órgão está vinculado não hierarquicamente ao Ministério da Cultura.

Com a eleição do presidente Lula em 2003, há uma grande mudança no setor cultural iniciada com a nomeação do cantor e compositor Gilberto Gil para o Ministério da Cultura, agradando de forma considerável à classe artística. Com a nomeação de Gil o Ministério foi reformulado, tanto do ponto de vista institucional, quanto simbólico. Gil ficou até agosto de 2008 no comando do Ministério, quando foi substituído pelo seu Secretário Executivo Juca Ferreira que permaneceu até o fim do mandato do Presidente em 2010. Neste ponto, observamos uma similaridade entre FHC e Lula, ambos optaram por uma política de longo prazo no Ministério da Cultura, com equipes que perduraram os dois mandatos dos Presidentes.

No que se refere à estrutura, durante o Governo Lula foram criadas novas secretarias, tais como: Políticas Culturais, Fomento e Incentivo à Cultura, Audiovisual, entre outras. De acordo com Calabre (2007), houve uma mudança na distribuição financeira com uma desconcentração de recursos dos grandes centros, a utilização de editais internos e externos para a seleção de projetos e uma atuação

do Estado como protagonista nas políticas culturais. Assim, o Ministério da Cultura ainda se utilizava e dependia de forma significativa dos recursos do mercado utilizados por meio dos incentivos fiscais, mas também passou a estabelecer programas que permitissem uma melhor distribuição dos recursos entre as regiões do país e neste quesito os editais foram essenciais.

No campo do audiovisual, em 2004, durante o primeiro mandato do presidente Lula, houve uma ampla discussão em função da proposta do governo de transformar a Ancine em Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinave). Os grandes grupos de mídia se mobilizaram argumentando que se pretendia cercear a liberdade dos produtores audiovisuais. O governo, então, viu-se obrigado a abandonar o projeto da Ancinave e avançar somente com os projetos de fomento e fiscalização do setor audiovisual.

Em 2006, o governo aprovou a Lei nº 11.437, que criou o Fundo Setorial do Audiovisual, com o objetivo de financiar programas voltados para o desenvolvimento e a maior competitividade audiovisual no Brasil. O Fundo é composto por recursos da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – Condecine. Em 2012 o Fundo contou com R\$ 50 milhões disponíveis para a produção de longas-metragens, tendo recebido 139 propostas habilitadas, das quais 45 foram pré-selecionadas.

No mandato da Presidente Dilma Rousseff, herdeira política de Lula, há uma descontinuidade no Ministério da Cultura com a nomeação Ana de Holanda e posteriormente Marta Suplicy. Para a classe artística, o primeiro mandato da presidente Dilma foi considerado desastroso para o Ministério, tendo em vista a descontinuidade de políticas importantes implementadas pelo seu antecessor. Reconhecendo os erros do primeiro mandato, em 2015 Dilma nomeou Juca Ferreira para o cargo de Ministro da Cultura, com a promessa de retomar a discussão de uma política voltada para as artes.

Entretanto, com o impedimento da Presidente em 2016 o projeto foi interrompido, mais uma vez. Ao assumir a Presidência, Michel Temer extinguiu a Ministério da Cultura novamente. Contudo, a pressão da classe artística e a sua falta de legitimidade política o levaram a recuar em sua decisão. Apesar disso,

atualmente, a atuação do Ministério está muito aquém do que foi durante os governos FHC e, especialmente, Lula.

Esses avanços e retrocessos das políticas públicas no setor, ressaltam ainda mais a importância de analisarmos a política de cultura no país. A análise de estudos locais nos permitirá compreender como a dinâmica da política nacional reflete no nível local. Nos permitindo lançar luz de algumas questões que ainda permanecem em aberto, especialmente, no campo do audiovisual, tais como:

- ✚ Como é possível alcançar políticas de democracia cultural, no sentido de uma maior valorização das culturas locais e populares?
- ✚ Em que medidas esses retrocessos impactam no nível local?
- ✚ Como as cidades incorporam essas mudanças na implementação das políticas públicas definidas pelo governo federal?
- ✚ Quais são as possibilidades reais dos agentes e instituições locais?

Consideramos que muitas das mudanças apresentadas nesta seção reverberam no nível local e impactam nas políticas culturais dos Estados e das Cidades. Neste sentido, a análise do estudo de caso apresentada a seguir, nos ajudará a traçar um caminho que nos auxilie na compreensão das questões levantadas aqui e num melhor entendimento da implementação das políticas culturais no Brasil.

#### **4. A política de artes visuais: o caso do Amazonas**

“Há um secreto alívio em Manaus quando morre um artista amazonense. Menos um para aporrinhar as antessalas do Governo”. Essa citação, retirada do livro *Expressão Amazonense*, de Márcio Souza (1978, p. 19), pode ser lida como um instantâneo com que o exercício das artes foi tratado pelas elites na década de 1970 e mesmo antes. Também percebemos uma provocação ou pedido de tomada de posição dos artistas e pensadores: – não, não morram ou desistam. Preparem-se, produzam, questionem e incomodem. Que fique claro também que não se trata de nenhum favor receber incentivo ou apoio de instituições, públicas ou privadas. O interesse por alimentar o circuito das Artes Visuais (AV) passa também pela perspectiva de aumento de geração de emprego e renda. Isso, sem falar do capital

cultural e na população que tem acesso a uma maior variedade de produções artísticas que buscam representar e refletir sua condição, lugar em múltiplas linguagens e questões.

A partir dessa contextualização, apresentamos nesta seção as diversas ações e agentes encontradas que estimulam a produção, circulação, divulgação, formação e estudo de Artes Visuais no Estado do Amazonas. O recorte temporal compõe-se de dez anos (2006-2016), com uma concentração maior nas atividades realizadas em Manaus, tendo em vista ser a capital o cenário em que a maioria das atividades se realizam. Ressalte-se que este levantamento foi realizado a partir de análise documental de informações das instituições estaduais e locais relacionadas à área cultural e não tem a pretensão de ser um retrato sem retoques. Embora seja um estudo exploratório, buscamos suscitar a reflexão e o debate e, ao mesmo tempo, relacionar as políticas locais com as políticas nacionais, analisando o impacto destas sobre aquelas.

Em nossa análise inicial, observamos o protagonismo da atuação do Governo do Estado do Amazonas, notadamente de sua Secretaria de Estado de Cultura – SEC, seguida pela ManausCult, órgão da Prefeitura de Manaus. Ainda destacamos o papel da Universidade Federal do Amazonas e de outros importantes agentes, embora de menor alcance.

O estudo busca apontar questões e reflexões que reputamos como necessárias a uma prática múltipla, própria do que conhecemos por Artes Visuais nessa localidade humana às margens do grande rio e de uma imensa floresta. Superlativos compostos não apenas por elementos naturais, mas por um caldo no qual convivem múltiplos signos, tempos e disputas, temperado por variadas culturas, histórias, matérias, e outros. Um alimento que nutre e espelha outros grandes protagonistas desse trabalho, os artistas visuais atuantes no Amazonas e a comunidade na qual estão plantados.

#### **a) Artes Visuais: principais afluentes**

Governo do Estado

Antes vinculada à Secretária de Educação ou associada ao setor de Turismo, a Secretária de Estado de Cultura – SEC ganhou certa autonomia em 2003 e

progressivamente arregimentou espaços, diversificando ações e se constituindo no principal polo difusor de incentivos às Artes Visuais no Amazonas. Podemos relacionar este acontecimento à política nacional, uma vez que é justamente neste período em que o Ministério da Cultura é institucionalmente fortalecido, especialmente, no que se refere as suas políticas de descentralização cultural. Como discutido anteriormente, o principal objetivo era retirar a exclusividade do financiamento cultural do eixo Rio-São Paulo.

Cabe destacarmos uma particularidade na SEC, a longevidade do gestor da secretária no cargo, são 20 anos de atuação de forma ininterrupta. Portanto, desde 1997, quando se iniciou o fortalecimento da área de cultura com o Presidente FHC e posteriormente com o Lula. A figura a seguir apresenta o organograma da Secretaria de Estado de Cultura do Estado do Amazonas. Como podemos observar, a secretaria conta com dois conselhos estaduais, o de patrimônio histórico e artístico e o de cultura. A existência de um conselho específico para área de patrimônio histórico e artístico nos permite verificar a importância dada à identidade cultural para o Estado, como foi citado em sessão anterior. Entre as diversas assessorias, destacamos a assessoria de Artes Visuais.

No site “Cultura” do Governo no Amazonas encontra-se listado dez centros culturais, nove museus e o Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro. Nesses espaços são desenvolvidas diversas atividades, incluindo as provenientes do circuito de Artes Visuais. Ainda há bibliotecas, teatros e cineteatros, corpos artísticos (música e dança), Amazonas *Film Commission*, praças e setores ligados ao patrimônio histórico e cultural. Podemos observar que as Artes Visuais se encontram na grande área de Cultura, associada a outras práticas como a literatura, música cinema, dança, manifestações folclóricas e festejos tradicionais, biblioteconomia e outras. Iniciamos nossa pesquisa pelo Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro, no Centro de Convenções Sambódromo, em Manaus. Encontramos uma grande variedade de cursos, em sua maioria voltada para capacitação de crianças e jovens. O Liceu oferece também cursos no Centro de Convivência da Família Magdanela Arce Daou, no bairro de Santo Antônio; no Centro Estadual de Convivência do Idoso de Aparecida, e no Centro de Convivência da Família Padre Pedro Vignola, no bairro da Cidade Nova.

Nas atividades do Liceu há o predomínio de cursos de Música, entre popular e erudita, totalizando 34 cursos regulares, sem contar os núcleos de Coral, Dança e Teatro. O segmento de Artes Visuais possui apenas quatro as atividades: Desenho e Pintura para Criança, Técnica de desenho, Iniciação ao Desenho e Pintura, Laboratório de Animação. Este dado inicial reflete a grande disparidade existente entre as diversas áreas. Podemos ainda concluir que as atividades em AV desenvolvidas pelo Liceu tendem a privilegiar linguagens mais tradicionais e possuem um caráter notadamente prático.

Sua primeira unidade no interior começou a funcionar em Parintins a partir de setembro de 2013, no Centro Cultural Amazonino Mendes, o Bumbódromo. O espaço conta com uma biblioteca, duas galerias, e tem realizado três cursos no segmento de AV: Iniciação à Pintura, Iniciação ao Desenho e Desenho Artístico. Em 2014, essa unidade do Liceu realizou o projeto “Arte Itinerante”, que percorreu os municípios de Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Nhamundá, levando diversas atividades culturais a essas localidades. Dentre elas, oficinas e vivências em fotografia, cinema e artes visuais. Uma iniciativa importante, tanto a interiorização das ações como a multiplicidade de linguagens contempladas nas atividades.

Ainda nas atividades de formação, em 2014 houve o início do Programa de Ensino a Distância que utiliza um canal de TV aberta e a internet com diversos conteúdos, incluindo Artes Visuais, em duas frentes. A primeira é destinada a formar instrutores para o Liceu em suas diversas unidades, inclui a participação de tutores com acompanhamento online e confere certificado a seus participantes. A segunda está aberta a qualquer um que tenha interesse em ter contato com o material produzido, disponível online. Assim, podemos observar com esse trabalho uma busca pela ampliação do acesso a conhecimentos específicos e pela formação de uma rede de instrutores.

Entretanto, é importante destacarmos que o acesso à internet em alguns municípios do interior do Amazonas é precário, o que dificulta a utilização do conteúdo produzido. Apesar disso, essa análise inicial nos mostra uma busca por ampliar a política de formação cultural, ainda que privilegie mais a prática que a pesquisa ou formação crítica, e que algumas iniciativas não tenham continuidade.

Para além da formação artística atual realizada pelo Liceu, temos também a Pinacoteca do Estado do Amazonas que constituiu ao longo dos anos um importante e numeroso acervo de obras de artistas amazonenses e brasileiros. Nos anos 1960 e 70 foi um atuante centro de formação e discussão em Artes, propiciando o surgimento de toda uma geração de artistas. Atualmente, parte do seu conjunto de, aproximadamente, mil obras está em exposição permanente em duas salas no Palacete Provincial. São cerca de 200 trabalhos de diversas artistas e técnicas que mostram um variado painel da produção artística amazonense. Seria interessante realizar uma maior rotatividade e circulação das obras do acervo, incluindo artistas mais contemporâneos, a organização de um catálogo e estimular a pesquisa nesse espaço.

O Centro Cultural Rio Negro junto com o Centro Cultural Palácio da Justiça, ambos no Centro da cidade de Manaus, têm recebido exposições variadas de artistas visuais amazonenses e outros. Ambos são importantes por ampliar os espaços institucionais disponíveis, ainda que haja pouca possibilidade de uma maior remodelação dos ambientes internos, procedimento comum em exposições de Artes Visuais, pois ocupam edifícios históricos. O que não ocorre com a Galeria do Largo, inaugurada em novembro de 2005, que passou a ser principal “Casa” para as Artes Visuais mantidas pelo Governo do Estado do Amazonas. Tanto por sua localização, nas proximidades do Teatro Amazonas no Centro de Manaus, quanto pela ocupação com variadas exposições, quase sempre bem executadas e com boa divulgação. Sua programação tem privilegiado mostras de artistas amazonenses reconhecidos, incluindo homenagens póstumas.

Uma contribuição importante a ser dada por esses espaços seria criar pautas mais abertas, inclusive por meio de edital de ocupação que receberia propostas expositivas ou curatoriais. Essa prática mais flexível permitiria a inserção de novos artistas, curadores e propostas no circuito local.

Consideramos que a política mais significativa da SEC para as Artes Visuais tenha acontecido a partir da iniciativa de realizar a exposição coletiva Pré-Bienal de Artes. Intitulada “Dos Lápis de Di ao Festim das Barrancas”, foi realizada de 30 de março até 30 de maio 2012, foi organizada a partir de uma chamada pública que selecionou um grande número de obras e artistas. Montada no Centro Cultural

Povos da Amazônia, Zona Sul de Manaus, acomodou proposições e artistas diversos, incluindo alguns estreados e trabalhos de grafite. Havia ainda espaços dedicados às obras de Di Cavalcanti, Hahnemann Bacelar e Roberto Burle Marx. Foi uma exposição que se mostrou sinuosa como um rastro de cobra, ainda que ela buscasse traçar uma linha regular de relações, nem sempre claras ou verificáveis, entre diversos tempos, artistas, técnicas, poéticas e questões.

A ação foi importante por se constituir em uma reunião plural e necessária, ainda que centrada em artistas já estabelecidos. Teve um considerável público, incluindo visitas organizadas por escolas e produziu um bom material de registro com um catálogo e DVD. Uma exposição menor intitulada “Arte Contemporânea do Amazonas” derivada da Pré-Bienal foi realizada nos espaços culturais dos Correios em Recife, Brasília e Fortaleza.

Como o título da exposição deixava claro, esta seria um ensaio para a realização de uma grande mostra bianual a ser chamada “Amazônica I”, nos moldes da Bienal de São Paulo. Uma das maiores contribuições da exposição foi a de aprofundar discussões, promover a reunião e mobilização dos agentes das Artes Visuais para a realização de diversas trocas. A grande mostra prevista não foi realizada, em troca houve a bem-vinda realização de dois Seminários de Artes Visuais. Na primeira edição, em 2013, houve uma programação mais plural e ampla que na segunda, de 2014. A previsão de publicação das falas dos diversos palestrantes e artistas não se concretizou, assim como sua terceira edição, prevista para 2016, que teve sua pauta discutida por meio de edital e reuniões, e também, não se concretizou.

O Programa de Apoio às Artes – Proarte se constitui na iniciativa mais ampla e direta da SEC que, por meio de editais, propõe a destinação de recursos para a realização de atividades artísticas e culturais no Estado. Sua primeira edição, em 2007/2008, ocorreu alguns anos após a implementação deste tipo de política pelo Governo Federal. Nesta, foram contempladas onze áreas, assim dispostas: artes visuais, circo, cinema e vídeo, cultura indígena, cultura popular, dança, literatura, música, pesquisa artística e cultural e teatro. Foram recebidos 163 projetos, dos quais 45 foram considerados aptos por uma equipe técnica montada pela SEC, e ao

final apenas 21 projetos foram aprovados. Uma escala que mostra a aprovação de apenas 12% dos projetos inscritos, destes apenas três foram de Artes Visuais.

Na edição de 2010/2011 do programa o valor total destinado foi de, aproximadamente, R\$ 800 mil reais, mesmo valor do edital anterior, o equivalente a 0,8% do orçamento da SEC, segundo dados divulgados. Desse montante, uma parte não chegou de fato a ser investido pela dificuldade de muitas propostas de se adequarem ao formato e às exigências documentais estabelecidas pelos editais. Essa é uma crítica e uma dificuldade bastante comum entre os artistas.

Os valores são distribuídos segundo as áreas previstas em cada edital, cada uma com especificidades próprias. Na edição de 2013/2014 o valor total previsto foi de R\$ 3.308.300, um considerável aumento se comparado às edições anteriores. Para as AV o recurso destinado foi de R\$ 185 mil, assim divididos: cinco propostas com valor de dez mil reais, seis no valor de quinze mil e duas com trinta mil reais.

A divulgação das atividades artísticas e culturais da SEC tem sido bastante positivas, com boa participação nas mídias digitais, o que inclui a criação de aplicativo e uma maior divulgação de sua atuação e contato a partir dos meios digitais. O mesmo cuidado com a publicização poderia ser estendido ao registro dos dados, avaliação dos resultados dos editais e iniciativas de fomento da SEC. Embora devamos salientar que houve uma maior abertura para discussão dos seus procedimentos e decisões com a comunidade artística e a sociedade. Esse diálogo ainda precisa se aprofundar, e de ambos os lados, para que de fato se estabeleçam trocas mais amplas e justas a todos.

#### Prefeitura de Manaus

Na prefeitura de Manaus, a Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer foi criada em 1983. Posteriormente surgiu a Fundação Villa Lobos – FVL, com a função expressa de ser “responsável pelos destinos do segmento artístico-cultural”. A FVL foi extinta em 2007 e um novo órgão foi criado – a Secretaria Municipal de Cultura – SEMC que, ao se fundir com a Fundação Municipal de Turismo – ManausTur, em 2009, deu forma atual à Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – ManausCULT. Em abril de 2010 há uma nova alteração na legislação, através da Lei nº 1.435 foi criada a Fundação Municipal de Cultura e

Artes - ManausCulT, no qual separou as áreas de turismo e cultura. A justificativa oficial para esta nova mudança foi a escolha da Cidade de Manaus como uma das cidades sedes da Copa do Mundo/FIFA de 2014. Desta forma, temos a criação da Fundação Municipal de Cultura e Artes – ManausCulT e a Fundação Municipal de Eventos e Turismo – Manaustur.

Embora a alteração tenha sido motivada por um elemento externo, consideramos que a separação é importante, tendo em vista que do ponto de vista da elaboração e implementação das políticas públicas, essa junção de segmentos distintos enfraquece a atuação do Estado como ator indutor, uma vez que há um compartilhamento de recursos e pessoal técnico. A área de cultura já possui diversas subáreas, tais como: o audiovisual, música, dança, folclore, etc. E o próprio setor de turismo deve lidar com temas voltados para o turismo de lazer, negócios e eventos. A tendência nacional e a reivindicação da classe artística é por uma pasta específica da área de cultura que possa conferir a devida atenção ao setor e estimular sua produção e difusão. Atualmente, temos uma instituição que se define como “o órgão oficial de cultura, turismo e eventos da cidade de Manaus”.

A ManausCulT possui diversas atribuições e subdivisões, a figura a seguir apresenta o organograma da instituição. Como podemos observar, no topo da hierarquia há o diretor presidente e logo abaixo a Assessoria de Projetos e o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, criado em dezembro de 2003. Abaixo dessa estrutura mais geral temos as Assessorias de Comunicação e MKT e Jurídica e em seguida a Chefia de Gabinete. Em seguida os Conselhos de Turismo e Cultura. Observamos, neste caso, que embora em 2010 tenha ocorrido uma divisão entre as fundações, a responsabilidade pelo Conselho de Turismo permaneceu sob a responsabilidade da ManausCulT.

Abaixo dessa estrutura, temos a Comissão de Licitação e o Conselho Fiscal. E vinculado diretamente ao Diretor Presidente existem quatro diretorias: de administração e de finanças, turismo, cultura e eventos. Nas finanças temos as divisões de planejamento e orçamento, contabilidade, pessoas, patrimônio, TI, convênios e contratos e espaços. Já a diretoria de turismo possui o departamento de políticas públicas e infraestrutura e qualificação turística. A diretoria de cultura é composta pelo departamento de políticas culturais e departamento de difusão

cultural. Por fim, a diretoria de eventos coordena os departamentos de grandes eventos e eventos comunitários. Essa estrutura mostra uma ampla atuação da instituição, que apesar da divisão entre as duas fundações, continua responsável pela atuação do conselho de turismo e das diretorias de turismo e eventos.

No que se refere às políticas da ManausCULT para as AV, podemos destacar o projeto “Regatão Cultural”, realizado em 2006/2007. Este teve a responsabilidade de percorrer bairros e locais fora do circuito tradicional da cidade de Manaus para mapear artistas, interessados em arte e permitir um diálogo descentralizado com a comunidade. Embora tenha sido uma iniciativa interessante, não observamos desdobramentos dela, ou mesmo a divulgação de seus levantamentos. Em 2012, no Centro de Manaus, é inaugurado com espaços multiuso o Les Artistes Café-Teatro, e desde então este tem se configurado como um lugar dinâmico a variadas atividades.

No mesmo ano, o Paço da Liberdade, na Praça D. Pedro II, no Centro de Manaus, foi efetivado como espaço cultural. Neste, temos um edifício histórico, que foi sede dos governos provinciais e municipais, atualmente, convertido em um dos principais espaços culturais da Prefeitura de Manaus. Abriga uma coleção de obras de artistas brasileiros e latino-americanos que pertenceram ao acervo do escritor Thiago de Mello. O espaço mantém ainda uma exposição organizada desde abril de 2014 com obras de artistas contemporâneos amazonenses, em sua maioria resultante de doações dos próprios artistas. E tem mantido uma programação de exposições temporárias, entre outras atividades<sup>4</sup>. Em outubro 2016 foi lançado edital para seleção de empresa que deverá produzir um projeto museográfico para o espaço, incluindo recursos tecnológicos, transformando-o no futuro Museu da Cidade.

O Programa de Apoio e Incentivo à Cultura – Paic, com recursos municipais destinados às ações de difusão cultural e capacitação em diversas áreas teve sua primeira edição em 2009, com previsão de 993 mil reais, valor que correspondia a 8,3% do orçamento da ManausCult. Para este programa inscreveram-se 150 projetos e 75 contemplados, muitos trabalhos não puderam ser selecionados por

---

<sup>4</sup> Em seu entorno, a ManausCult realiza o evento de ocupação artística e cultural “Passo a Paço”, que teve sua terceira edição em 2016

falta de documentação ou por não atender às exigências do Edital. Na edição 2011 o total de recursos destinado foi de R\$ 1.205.000 para apoiar nove áreas em Manaus.

Esse montante foi assim distribuído: R\$ 200 mil para Produção Cultural, R\$ 230 mil para Teatro, R\$ 195 mil para Música, R\$ 185 mil para Dança, R\$ 135 mil para Audiovisual, R\$ 110 mil para Literatura, R\$ 65 mil para Circo, e finalmente R\$ 65 mil para Artes Visuais, e R\$ 20 mil para Artesanato. O prêmio Paic de Artes Visuais foi estabelecido em duas categorias: as Artes Plásticas, com apenas um proponente habilitado e quatro inabilitados; e Fotografia, com três proponentes habilitados e um inabilitado, dentre as 67 propostas habilitadas nas diversas modalidades.

Em 2015, foi lançado o Edital de Ocupação Artística para promover intervenções artísticas e culturais em escolas nas diversas zonas da cidade e em outros espaços. O documento detalha valores, locais, ações que incluem apresentações variadas, exposição de artes visuais, oficinas, palestra e outras atividades. Das dez ocupações previstas, oito foram aprovadas e duas não tiveram projetos selecionados por falta de interesse ou documentação. No mesmo ano, a ManausCult organizou I Mostra Manaus de Artes Visuais, de 15 de abril a 13 de junho, no Paço Municipal. A seleção das obras foi realizada a partir de edital e teve a curadoria do artista Turenko Bessa. Reuniu 14 obras de 11 artistas, grande parte de novos propositores, com uma diversidade grande de linguagens e questões.

Em 2016, a ManausCult promoveu reuniões com os artistas e comunidade para discutir o novo Edital de Cultura, prática salutar e que rendeu diversas críticas por parte da comunidade artística. Inclusive pela modelo apresentado, em que foi observada a falta de maior abertura a todas às linguagens, com certa posição marginal das Artes Visuais. Recentemente artistas, produtores e interessados se organizaram para pressionar o governo municipal pela aprovação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, proposta que vem sendo discutida, e postergada, há muito tempo.

Interessante também observar no Centro e em diversos bairros da cidade de Manaus a atuação de artistas do Grafite, ocupando espaços e integrando o espaço urbano ao circuito de circulação de Artes Visuais, alguns trabalhos foram feitos em parceria com a Prefeitura.

Universidade Federal do Amazonas

Um dos agentes mais fecundos para as Artes Visuais, a Universidade Federal do Amazonas – Ufam, complementa e se coloca como contraponto crítico e necessário à atuação das iniciativas governamentais. Como bem demonstra a atuação de seu Centro de Artes Hahnemann Bacelar – o Caua, notadamente sua galeria. Em 2006, o espaço inicia uma parceria com o Unibanco, recebendo a denominação de “Espaço Contemporâneo Ufam Unibanco”. Comporta ainda um teatro, videoteca e salas para cursos, incluindo de AV. Seu espaço expositivo tem se constituído em mais que um local aberto para as Artes Visuais, mas um difusor crítico de múltiplas propostas e poéticas artísticas. Parte dessa conquista se deve à atuação de Cristóvão Coutinho como curador do espaço até 2012, trajetória registrado no livro *Extremos: relações de representação indicativos a uma curadoria* (2009) e em DVD.

Embora seja um espaço museológico dedicado à conservação de seu acervo e à pesquisa, o Museu Amazônico tem mantido um diálogo com as Artes Visuais ao promover, com relativa frequência, mostras em seu espaço expositivo localizado também no Centro da cidade de Manaus. Outro lugar de diálogo se dá na produção editorial da universidade, perceptível na pequena, mas marcante série de edições dedicada ao estudo de artistas amazonense – a coleção “Oficina das Artes”. Os títulos das obras publicadas pela Edua são: *Zeca Nazaré: pintor, desenhista e artista gráfico* (2005); *Hiperespaço curvista* (2005), sobre o artista Enéas Valle; *Bernadete Andrade: por entre pinturas e cidades imaginárias* (2012); e *Álvaro Páscoa: o golpe fundo* (2012). Além de outras edições e periódicos que tratam, em alguma medida, das Artes Visuais ou de temas de interesse.

A comunidade acadêmica também contribui com a realização de seminários e discussões que envolvem as AV, por exemplo, quando sediou o evento de 2006, intitulado “Cultura e Cidadania – caminhos para uma mudança”. Uma iniciativa de artistas e intelectuais, onde inclusive ocorreram discussões sobre políticas públicas culturais (Valentim, 2006).

O Departamento de Artes da Ufam possui, segundo o site da instituição, duas licenciaturas: em Artes Visuais e Música, nos turnos matutino e noturno. A

Universidade mantém, ainda, uma licenciatura em AV oferecido pelo Centro de Educação à Distância. Evidente que tais formações têm a importante preocupação por preparar docentes para o ensino, no entanto, é inevitável que o contato com a área alguns importantes artistas derivem de seus quadros. Assim, como ocorre com os cursos de Comunicação Social e Design, que também tem contribuído para uma maior diversificação de linguagens artísticas e abordagens. Os vários programas de pós-graduação da universidade, como os de Sociedade e Cultura na Amazônia, História, Antropologia Social e Ciências da Comunicação possuem importante produção crítica e pesquisas que se relacionam às Artes Visuais.

A Ufam apresenta um quadro diversificado de atividades, ainda que fique latente certa fragmentação e falta de continuidade de suas ações. E não podemos deixar de observar, ao falar da Universidade Federal, da lacuna em nosso circuito por não termos uma formação específica de bacharelado em Artes Visuais, um vazio compartilhado pela Universidade do Estado do Amazonas.

#### Outros Atores

Nesse difícil processo por levar as Artes Visuais a novos domínios, sejam conceituais ou espaciais, temos outros atores e valorosos espaços a que faremos referência nesse breve mapeamento. A atuação em AV do Sesc se realiza em grande medida na Galeria Moacir Andrade, que, em 2016, teve a salutar ideia de abrir um edital para a sua ocupação. A Galeria Helena Gomes da Silva, no ICBEU, é outro local, também no Centro da capital, que tem mantido há bastante tempo uma programação de Artes Visuais. Em 2014, a Associação Amazonense de Artistas Plásticos – Amap, importante instituição da área, organizou a 5ª edição do Salão de Artes Plásticas.

Com dez anos de atuação, o Coletivo Difusão mostra uma face mais independente e contemporânea de atuação, acolhendo diversas manifestações artísticas. Com destaque a promoção anual do Festival “Até o tucupi” de artes integradas, atualmente em sua décima primeira edição. Fazemos ainda referência a iniciativas de diversas naturezas como: os Editais do Banco da Amazônia, as atividades da Escola Superior de Artes e Turismo e a atuação do mestrado em Letras e Artes (ESAT/UEA), e ao trabalho da Editora e Livraria Valer, do Inpa, da

Amacine, e outras diversas iniciativas de Artes Visuais<sup>5</sup>. Inclusive as que se mobilizam a partir das redes sociais e organizam intervenções, feiras e outras atividades. Essa produção difusa tem se alimentado dos diversos editais, aberturas e principalmente da disposição por criar um desenho mais ramificado e plural das Artes Visuais no Estado.

### Vazante

No breve recorte que esse trabalho procurou construir ficou nítida certa assimetria ou descompasso entre as ações realizadas e uma produção contínua, plural e representativa em Artes Visuais. Devemos reconhecer ainda alguma dificuldade dos artistas/realizadores em trabalhar de forma aprofundada e organizada com linguagens múltiplas e questões universais, mesmo que a partir de identidades e referências locais. Podemos afirmar também que incentivo algum por si só será efetivo sem a participação ativa do artista e da sociedade, e de questionamentos, mais do que certezas. Esse trânsito enviesado entre distintos agentes, artistas e espaços fica nítido na área em branco deixada pela falta de formação específica qualificada e de um público mais presente. E, apesar da visível melhora nesses últimos dez anos, o circuito de Artes Visuais ainda se mostra frágil no Amazonas, embora seja capaz de oferecer resistência, até mesmo quando é colocado nas margens dos editais e das políticas públicas.

Os editais retratam um desequilíbrio, em que há a prevalência de linguagens artísticas mais tradicionais tendo o Centro da cidade de Manaus como palco quase exclusivo das principais ações observadas. E suscitam repetidas questões a cada novo edital. Devemos inclusive nos questionar sobre o que faz tantos propositores terem dificuldade em formatar e submeter suas propostas? Essa reponsabilidade se deve exclusivamente ao artista/proponente ou ao edital e comissão de avaliação que precisam ser mais objetivas e transparentes? O valor destinado aos projetos de

---

<sup>5</sup> Dentre as diversas iniciativas e agentes observados podemos citar os fotoclubes, o Casarão de Ideias, a galeria L'Amazonie, grupos e coletivos que se organizam a partir das redes sociais e realizam encontros, feiras de economia criativa e diversas ações. Há interessantes iniciativas teatrais e de dança que incluem as AV em suas produções. E diversas ações, como por exemplo o projeto "Pintura ao Vivo no Largo" organizado pela terceira vez em 2016, em que artistas expuseram seus trabalhos ao ar livre.

Artes Visuais tende a ser comparativamente menor que o da maioria das outras áreas, tanto no Proarte quanto no Paic, qual a justificativa? Como podemos caracterizar a importância que os dois principais agentes e suas políticas públicas conferem às Artes Visuais? O que fazer para alterar esse cenário?

A descontinuidade das ações, aliadas à falta de preparo dos agentes que tentam estimular um campo plural sem o devido conhecimento dificultam o desenvolvimento de um cenário mais exuberante ou próspero. Ainda nos falta um porto flutuante ou plataforma na qual as diversas ações sejam levadas pelos rios e ruas para outros lugares, traduzidas em variadas proposições, e onde se faça o registro e a discussão dos resultados obtidos. Muitas informações desse levantamento foram encontradas de forma dispersa nos periódicos locais. Nos quais, inclusive, se observa uma falta de tratamento crítico maior ou de aprofundamento de questões de interesse da sociedade. Foram muitas as faltas e dificuldades aqui apontadas, façamos o exercício contrário de ver o que nos sobra – a coragem de questionar, a capacidade de criação, a vontade de produzir e dialogar.

O quadro que brevemente esboçamos não se pretende acabado, embora nele tenhamos conseguimos observar o surgimento de questões, desafios, mas também relações e uma maior pluralidade de vozes. Seja pela disposição dos principais agentes governamentais por aumentar o diálogo e diversificar sua atuação, inclusive incentivando a escolha por espaços fora do eixo tradicional. Seja pela importante e crescente organização e mobilização de artistas, ativistas e grupos, que buscam utilizar espaços e linguagens mais alternativas, com destaque para a fotografia e vídeo-arte, dentre outras. Um movimento que, se ainda não é uma amazônica pororoca, tem se mostrado em constante atividade, tal como um rio, com seus períodos de cheia e seca, porém vivo. Esperamos que a vazão e a fluidez das Artes Visuais se ampliem, inundando com seu saber a vida dessa comunidade humana na vasta e ainda bela terra das Amazonas.

## **5. Considerações finais**

Ao relacionarmos as discussões iniciais e mais gerais sobre as políticas públicas na área cultural e o estudo de caso do Estado do Amazonas apresentado neste artigo, podemos observar que as mudanças da política do Governo Federal

impactaram nas articulações e ações locais. Inclusive, com a mobilização em diversas áreas trazida pelas Leis de Incentivo e grandes editais nacionais, além dos eventos globais realizados nos últimos anos. O fortalecimento da área no nível federal reverbera no Estado com iniciativas de capacitação, mostras específicas para as AV, também na forma de incentivos diretos com editais. A prefeitura de Manaus segue o mesmo percurso do Governo Estadual, com programas que buscam valorizar e democratizar a cultura como um todo, incluindo também as AV. A iniciativa privada ou mesmo o polo industrial instalado em Manaus, que recebe diversos incentivos, pouco contribuem nessa equação.

Entretanto, no nosso estudo de caso, essas políticas ainda mostram-se insuficientes para gerar um cenário sustentável e plural, inclusive para discutir suas demandas e as da sociedade. Primeiro, as análises de dados primários mostram que há uma predominância de incentivos ao que podemos chamar de uma cultura mais tradicional, o que dificulta tanto o aparecimento de artistas ou movimentos contemporâneos, quanto uma democratização real da área. Segundo, a política de incentivos por editais tem criado algumas barreiras para a participação efetiva de muitos artistas e realizadores, e nem sempre por despreparo destes. Não argumentamos que a lógica dos editais seja necessariamente ruim, mas a pesquisa empírica nos mostra que são necessários ajustes e um maior conhecimento da área atendida, de suas especificidades, e interlocução com os artistas para que ocorra uma igualdade de condições entre proposições e temas.

Por fim, notamos que há uma rede em que as ações e descontinuidades das políticas nacionais afetam e ecoam nas ações dos governos estaduais e locais. No momento, observamos no Estado do Amazonas, como no restante do país, um período de “seca” de políticas de incentivo à cultura. Uma incômoda e triste vazante, que esperamos não seja duradoura. Embora tenhamos a certeza que, em tempos de crise e incertezas, as Artes Visuais tenham a capacidade de se fertilizar e seguir incomodamente produzindo.

## **Referências**

CALABRE, L. (2007). Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas . *III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura* (pp. 1-18). Salvador: III ENECULT.

CASTELLS, M. (2000). *A Sociedade em Rede*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Paz e Terra.

COUTINHO, C. (2009). *Extremos: relações de representação indicativos a uma curadoria*. Manaus, Amazonas, Brasil: EDUA.

FLORIDA, R. (2012). *The Rise of the Creative Class*. United States: Basic Books.

GILL, R. (2002). Análise de Discurso. In: W. M. BAUER, & G. GASKELL, *Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som: um manual prático* (P. A. Guareschi, Trad.). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.

LANDRY, C., & and BIANCHINI, F. (1995). *The Creative City*. London, London, Inglaterra: DEMOS and COMEDIA.

LEMONS, R., CASTRO, O., FAVARETO, A., MAGALHAES, R., ABROMAVAY, R., TOSTA, A., et al. (2008). *Tecnobrega: O Pará reinventando o negócio da música* . Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Aeroplano.

LIMA, L. P., ORTELLADO, P., & SOUZA, V. (2013). O que são as políticas culturais? uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. *IV Seminário Internacional Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa.

MENEZES, M., & AGUM, R. (2013). Regulação dos Serviços de Telecomunicações e Comunicação no Cone Sul: uma análise comparada entre Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. In: J. C. LIMA, J. M. MELO, & J. C. LIMA (Ed.), *Panorama da Comunicação e Telecomunicações no Brasil 2012/2013: Indicadores e Tendência II* (Vol. 2). Brasília, Brasília, Brasil: IPEA.

SANTOS, F. B. (2009). Política Cultural no Brasil: Histórico de Retrocessos e Avanços Institucionais . *XXXIII EnANPAD* (pp. 1-16). São Paulo: ANPAD.

SECCHI, L. (2015). *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. 2ª Ed. São Paulo: Cenarg Learning.

SILVA, R. M. (2014). As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento . *29* (1), pp. 199-224.

SOUZA, M. (1978). *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo, São Paulo, Brasil.

VALENTIM, D. (2006). *Nossa cara, nossa vós, nosso Fórum*. Acesso em 25 de Nov. de 2016, disponível em Overmundo: <http://www.overmundo.com.br/overblog/nossa-cara-nossa-voz-nosso-forum>

VOLKERLING, M. (1996). Deconstructing the difference-engine: a theory of cultural policy. *The European Journal of Cultural Policy*, *2* (2), pp. 189-212.